

Metas curriculares de História (9º ano)
Parecer da Associação de Professores de História à proposta em
discussão pública

Na proposta de metas curriculares para a disciplina de História do 9º ano verifica-se que houve uma tentativa, a nosso ver, positiva, de reduzir o número de descritores, comparativamente às primeiras propostas de metas curriculares para os 7º e 8º anos, efetuadas no ano letivo transato.

Apesar da redução levada a cabo, consideramos a proposta de difícil execução, devido à, ainda assim, enorme quantidade de metas propostas. A par das metas curriculares, o programa de história do ensino básico, o outro documento de referência para o ensino da história, encontra-se desadequado. Este foi concebido, em 1991, para ser lecionado em três tempos letivos semanais de 50 minutos, durante três anos de escolaridade (para um total de 450 minutos semanais para o conjunto dos 7º, 8º e 9º anos). Ora, tal não se coaduna com a redução drástica da carga horária que a disciplina sofreu a partir de 1998. De há dois anos a esta parte, a situação melhorou um pouco, com a reposição de um tempo letivo, mas, ainda assim, muito aquém da situação verificada em 1991, aquando da elaboração dos programas da disciplina.

As metas agora em discussão pública, ao adicionarem conteúdos não existentes inicialmente no programa, como é o caso do tema “*O após Guerra Fria e a Globalização*”, sem reduzirem os previamente existentes, em vez de se tornarem num auxílio para a gestão do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de história, como se pretende que sejam, tornam-se em mais um escolho para essa gestão, nomeadamente ao nível do tempo. Acrescente-se que, da leitura que fizemos dos documentos relativos às metas, parece-nos que os professores não possuem liberdade para gerir aquelas da forma que considerem mais adequada, privilegiando algumas em detrimento de outras, já que o documento de enquadramento das metas diz o seguinte: *A uniformização curricular subjacente à construção das metas é, assim, uma opção estratégica que se fundamenta no facto de, ao facultar-se a todos os alunos, por via da escolaridade, o que é essencial aprender em cada disciplina, se estar a laborar no sentido da concretização da igualdade de oportunidades (...). [A] tarefa de construção das metas curriculares implica decisões que se passam a enunciar:*

- *As metas são únicas, devendo, nessa medida, ser alcançadas por todos os alunos, permitindo, assim, uma igualdade de oportunidades (...)*¹. Depreende-se, assim, que ao *essencial* nada possa ser retirado.

Há, a este propósito, alguma falta de clareza nos documentos emanados da tutela: no despacho normativo 13-A/2012², que trata da autonomia pedagógica e organizativa de cada escola, afirma-se: (...) *no âmbito da sua autonomia, cada escola faça as opções de organização curricular que melhor se adaptem às características dos seus alunos*, o que parece referir-se, também, à possibilidade de flexibilização dos programas. Será que essa eventual flexibilização é extensível às metas?

Quanto à importância relativa dos dois documentos – metas de aprendizagem e programa da disciplina, afirma-se, no texto de enquadramento das metas curriculares³, da responsabilidade do MEC, que o programa enquadra as metas: *As metas curriculares constituem, pois, a par dos programas disciplinares, os documentos orientadores do ensino e da avaliação, sendo que os segundos enquadram a aprendizagem, enquanto as primeiras a concretizam*. O que significa, de facto, e na prática, dizer que os programas *enquadram* a aprendizagem e as metas *concretizam* essa aprendizagem? E como podem os programas *enquadrar* aprendizagens que não contêm – caso do tema *O Após Guerra Fria e a Globalização*?

No tema referido, *O Após Guerra Fria e a Globalização*, os subtemas *Terrorismo global, países emergentes e 'Crise de 2008'*, devido à proximidade temporal, e à não existência de reflexões de carácter historiográfico em quantidade e qualidade suficientes sobre os mesmos, podem levar a uma abordagem superficial dos acontecimentos. A análise histórica do tempo presente, defendida por alguns historiadores, necessita, mais do que qualquer outra, do desenvolvimento de capacidades de análise crítica e de comunicação por parte dos alunos. Ora, na formulação dos objetivos elencados, o desenvolvimento dessas capacidades encontra-se comprometido, apesar de referido e valorizado no texto introdutório das metas curriculares⁴.

¹ In <http://www.dge.mec.pt/metascurriculares/?s=directorio&pid=1#metas>

² In <http://dre.pt/pdfgratis2s/2012/06/2S109A0000S02.pdf>

³ In <http://www.dge.mec.pt/metascurriculares/?s=directorio&pid=1#metas>

⁴ «*Resta salientar que as Metas definem domínios para áreas que se consideram transversais à disciplina em todo o ciclo de ensino e que reportam ao tratamento da temporalidade e do espaço, assim como a aspetos metodológicos do saber histórico, nomeadamente a utilização e crítica de fontes históricas diversificadas e a natureza do discurso historiográfico. O trabalho destas áreas deve ser contínuo e concomitante à concretização dos descritores de*

Quanto à formulação, esta continua a não satisfazer os requisitos técnicos:

1 – Em muitos subdomínios mantém-se o binómio *conhecer e compreender*, que se refere a situações de aprendizagem distintas: um aluno pode conhecer um assunto e não o compreender, mas se o compreende, tem de o conhecer;

2 – Alguns objetivos possuem uma formulação demasiado abrangente, como é o caso dos 5 e 6 do subdomínio 3, *Conhecer e compreender a Revolução Soviética*, incluídos no tema, *As transformações políticas, económicas, sociais e culturais do após guerra* (p. 2); do objetivo 7, do subdomínio 1, *Conhecer e compreender a nova “ordem mundial” do após guerra*, incluído no tema, *A Guerra Fria* (p. 6); do objetivo 1, do subdomínio 2, *Conhecer e compreender a afirmação da globalização neoliberal*, do domínio, *Estabilidade e instabilidade num mundo unipolar* (p. 9), entre outros.

3 – Alguns objetivos são demasiado complexos, como no caso do objetivo 2, *Justificar o fim da hegemonia europeia e o reforço da afirmação dos EUA como principal potência económica mundial*, do subdomínio 2, *Conhecer e compreender as transformações económicas do após guerra* (p. 1), que seria mais exequível se se pedisse a explicação e não a justificação, esta última uma operação de muito maior exigência; ou o caso do objetivo 2, *Avaliar o alcance das principais realizações da 1.ª República ao nível da legislação social, da laicização do Estado, das medidas educativas e financeiras*, do subdomínio 2, *Conhecer e compreender as realizações e dificuldades da 1.ª República (1910-1914)* (p. 3), que talvez fosse mais exequível se substituído por *conhecer* ou *identificar*; ou do objetivo 2, *Justificar os motivos da intensa emigração verificada nas décadas de 60 e inícios de 70*, do subdomínio 9, *Conhecer e compreender a desagregação do Estado Novo* (p. 8), que poderia/deveria ser substituído por *explicar*;

desempenho, devendo constituir-se como aspeto fundamental a ter em conta no momento da definição de estratégias de ensino e da seleção de recursos.» (p.3).

4 – Alguns objetivos possuem uma formulação vaga, como no caso do objetivo 2, *Relacionar a entrada da Rússia na 1.ª Grande Guerra com o agravar das tensões sociais e políticas*, do subdomínio 3, *Conhecer e compreender a Revolução Soviética* (p. 2), em que não se especifica se as tensões sociais e políticas são internas ou externas; do objetivo 3, *Descrever as consequências do crash da bolsa de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929* (p. 4), do subdomínio 1, *Conhecer e compreender a Grande Depressão dos anos 30 e o seu impacto social*, cujas consequências deveriam ser especificadas como *económicas e sociais*;

5 – Alguns objetivos apresentam uma formulação muito rebuscada, como é o caso do objetivo 4, *Caracterizar sucintamente a “cultura de massas”, salientando a sua relação com a melhoria das condições de vida nas décadas de 20 e 30 do século XX, os seus meios de difusão e as suas principais manifestações*, do subdomínio 4, *Conhecer e compreender as transformações socioculturais das primeiras décadas do século XX* (p. 2);

6 – Alguns objetivos podem conduzir a anacronismos, ao pedirem que se comparem crises cuja contextualização é diversa, como no caso do objetivo 6, *Justificar a transformação da crise financeira numa crise económica, social e política, evidenciando paralelismos com a ‘Crise de 2008’, do subdomínio 1 Conhecer e compreender as respostas dos regimes demoliberaes à “Crise de 1929” e à “Grande Depressão” da década de 30.*

7 – Alguns objetivos podiam ser eliminados, porque o fundamental está referido num outro, como é o caso do objetivo 1, *Enunciar as principais decisões dos tratados de paz (com destaque para o Tratado de Versalhes)* e do objetivo 2, *Avaliar as consequências do estabelecido no Tratado de Versalhes* (p. 5), do sub-domínio 1, *Conhecer e compreender as transformações geopolíticas decorrentes da 1.ª Grande Guerra* (p. 1);

Propomos alterações aos seguintes objetivos:

No objetivo 9, do subdomínio 2, *Conhecer e compreender a emergência e consolidação do(s) fascismo(s) nas décadas de 20 e 30* propomos que onde se lê, *as vagas de perseguição antissemita que culminaram no Holocausto*, se opte por: *processo de desumanização dos judeus que culminou no Holocausto*;

Nos objetivos 1 e 2, do subdomínio 2, *Conhecer e compreender o regime totalitário estalinista implantado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)* (p.4), propomos que a expressão, *a adoção de fortes medidas repressivas* passe para o final do primeiro objetivo, sendo retirada do final do segundo objetivo.

Propomos uma reformulação do objetivo 3, *Distinguir “Estado Neoliberal” de “Estado-Providência*, do subdomínio 7, *Conhecer e compreender a evolução ocorrida desde as “crises petrolíferas” até ao colapso do bloco soviético* (p. 8) – serão o estado neoliberal e o estado-providência realidades antagônicas que se possam *distinguir* uma da outra?

Refira-se, ainda, a falta de acerto na escrita, dado que partes do documento foram elaboradas seguindo a grafia antiga, enquanto outras seguem a grafia do acordo ortográfico, de que são exemplo *Europa Ocidental* (p. 2) e *Europa ocidental* (p.7); *Revolução de Outubro* (p. 2) e *Revolução de outubro* (na mesma página); ou ainda *ruptura* (p. 3).

A direção da Associação de Professores de História